


APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS NO ENSINO JURÍDICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PROJECT-BASED LEARNING IN LEGAL EDUCATION: AN EXPERIENCE REPORT IN THE SUBJECT OF CHILD AND ADOLESCENT LAW

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.038-009>

Bruno Souza dos Santos

Graduando em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Natal
E-mail: brunossantos@alu.uern.br

Jacilene Dantas Viana

Graduando em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Natal
E-mail: jacileneviana@alu.uern.br

Luiz Ricardo Ramalho de Almeida

Professor Doutor do Curso de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN),
Campus Natal. Docente da disciplina Direito da Criança e do Adolescente
E-mail: luizricardo@uern.br

RESUMO

Este estudo analisa a aplicação da Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) na disciplina Direito da Criança e do Adolescente, com foco na articulação entre teoria e realidade institucional. Trata-se de um relato de experiência, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, desenvolvido com estudantes do 7º período do curso de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). A proposta pedagógica integrou conteúdos teóricos, pesquisa de campo em Conselhos Tutelares, entrevistas com conselheiros e elaboração de produtos acadêmicos e educativos. A experiência foi estruturada a partir de uma questão motriz relacionada ao papel dos Conselhos Tutelares na proteção de crianças e adolescentes. O uso de ABP favoreceu a aproximação entre o conteúdo jurídico e situações concretas, cooperando para o desenvolvimento de habilidades de interpretação, análise de problemas, pesquisa, comunicação e trabalho em equipe. Destaca-se, ainda, o aumento da autonomia discente e o maior envolvimento dos estudantes no processo de aprendizagem. Como produtos da ABP, foram elaborados uma oficina educativa sobre o chamado “ECA Digital” (Lei nº15.211/2025) e um artigo científico, evidenciando a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Conclui-se que a ABP é uma estratégia pertinente para o ensino jurídico, especialmente em áreas que exigem compreensão do contexto social e atuação institucional.

Palavras-chave: Ensino jurídico; Metodologias ativas; Aprendizagem baseada em projetos; Conselho Tutelar; Direitos da criança e do adolescente.

ABSTRACT

This study analyzes the application of Project-Based Learning (PBL) in the subject of Child and Adolescent Law, focusing on the articulation between theory and institutional reality. It is a descriptive, qualitative experience report developed with seventh-semester law students at the State University of Rio Grande do Norte (UERN). The pedagogical approach integrated theoretical content, field research in Child Protection Councils, interviews with council members, and the creation of academic and educational products. The experience was structured around a driving question related to the role of Child Protection Councils in the protection of children and adolescents. The use of PBL facilitated the connection between legal content and concrete situations, contributing to the development of skills in interpretation, problem analysis, research, communication, and teamwork. Furthermore, it highlights the increased student autonomy and greater student involvement in the learning process. As products of the PBL (Project-Based Learning), an educational workshop on the so-called "Digital ECA" (Law No. 15.211/2025) and a scientific article were developed, highlighting the integration between teaching, research, and outreach. It is concluded that PBL is a relevant strategy for legal education, especially in areas that require an understanding of the social context and institutional action.

Keywords: Legal education; Active methodologies; Project-based learning; Guardianship Council; Children's and adolescents' rights.

1 INTRODUÇÃO

A formação jurídica no Brasil ainda apresenta forte influência de um modelo tradicional centrado em aulas expositivas, na memorização de normas e na pouca articulação entre teoria e prática. Desde a criação dos primeiros cursos de Direito em 1827, voltados à formação da burocracia estatal, consolidou-se uma estrutura de ensino marcada pelo formalismo e pela centralidade do professor. Mesmo com reformas importantes, como a introdução do tripé ensino, pesquisa e extensão a partir da década de 1990, muitos cursos ainda mantêm práticas pedagógicas pouco interativas, o que dificulta a aproximação entre o conteúdo jurídico e a realidade social (Filipak et al., 2023).

Esse cenário também é observado em outros países (Mora, 2022; Aguilar, 2024; Mahmood, Hashim e Zakuan, 2024). O ensino jurídico ainda é, em grande parte, baseado em aulas expositivas, análise de normas e estudo de precedentes, geralmente em turmas grandes. Métodos tradicionais, como o método socrático e o estudo de casos, continuam sendo utilizados, mas nem sempre conseguem preparar os estudantes para lidar com problemas reais, que envolvem múltiplas áreas do Direito e diferentes contextos sociais. Além disso, a organização do currículo em disciplinas isoladas dificulta a integração do conhecimento (Mora, 2022; Aguilar, 2024; Mahmood, Hashim e Zakuan, 2024).

O ensino jurídico pode ser compreendido para além de um conjunto de normas, considerando também suas dimensões sociais, históricas, econômicas e culturais, o que favorece uma abordagem mais integrada e interdisciplinar (Carles, De Araújo, Da Costa Siqueira, 2020). Nesse contexto, as metodologias ativas surgem como alternativa para tornar o processo de aprendizagem mais participativo, ao colocar o estudante como sujeito ativo na construção do conhecimento (Oliveira, Sanches, Martins, 2022).

As metodologias ativas podem contribuir para aproximar o processo de aprendizagem da realidade, ao estimular o estudante a utilizar a teoria não apenas para compreender a legislação, mas também para interpretar situações concretas e propor soluções, favorecendo uma formação profissional mais integrada e articulada com a prática. (Carles, De Araújo, Da Costa Siqueira, 2020).

Diante disso, têm crescido propostas que valorizam a aprendizagem prática e a resolução de problemas na educação jurídica, como a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), que estimula o trabalho em grupo, a investigação e a produção de soluções aplicadas (Carpenter, 2013; Çağlayan, 2025; Ohana et al., 2022).

A ABP pode ser compreendida como uma metodologia que organiza o processo de ensino a partir da resolução de problemas reais, por meio do desenvolvimento de projetos construídos pelos próprios estudantes. De acordo com Bender (2014), essa abordagem utiliza situações autênticas para promover a aprendizagem de conteúdos, incentivando o trabalho cooperativo e a produção de soluções concretas. Os projetos envolvem a realização de tarefas e a construção de produtos ao longo do processo, que funcionam como evidências do conhecimento adquirido e como resposta ao problema proposto. Além disso, a metodologia estimula o uso de tecnologias digitais como apoio ao desenvolvimento das atividades, possibilitando a criação de diferentes tipos de produtos, como apresentações, relatórios, vídeos, podcasts e outros materiais aplicados (Bender, 2014).

Em disciplinas como o Direito da Criança e do Adolescente, essa abordagem pedagógica com metodologias ativas pode ganhar relevância, pois a efetivação dos direitos depende da compreensão das instituições, do contexto social e da atuação articulada do Sistema de Garantia de Direitos. As violações evidenciam a vulnerabilidade desse público e demandam medidas de proteção, como o acolhimento familiar ou institucional, que, por si só, não asseguram a efetividade dos direitos. Esses processos envolvem trajetórias complexas, marcadas por fragilidades sociais e institucionais (Luiz et al., 2025). Esse cenário reforça a importância de uma formação jurídica que prepare profissionais para atuar de forma crítica e integrada.

A experiência analisada neste estudo foi desenvolvida na disciplina Direito da Criança e do Adolescente, ofertada no Curso de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Natal, com carga horária de 60 horas. O componente foi estruturado de forma progressiva, articulando conteúdos teóricos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), princípios, direitos

fundamentais, medidas de proteção, atos infracionais e medidas socioeducativas, com atividades práticas vinculadas à atuação da rede de proteção à criança e ao adolescente. Esse planejamento do curso buscou aproximar o ensino da realidade institucional, permitindo que os estudantes não apenas compreendessem a legislação, mas também analisassem situações concretas, identificassem problemas e construíssem respostas a partir da interação com órgãos responsáveis pela garantia de direitos.

Como parte desse processo, foram realizadas visitas a dois Conselhos Tutelares do Rio Grande do Norte, seguidas de entrevistas com conselheiros em exercício. A partir dessas atividades, identificou-se como demanda a necessidade de atualização sobre a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital. Em resposta, os estudantes organizaram uma oficina pedagógica sobre a Lei nº 15.211/2025 que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, Estatuto Digital da Criança e do Adolescente – ECA Digital (Brasil, 2025) para a comunidade acadêmica, conselheiros tutelares, além de sistematizarem a experiência na forma deste artigo científico, articulando os dados empíricos com o referencial teórico.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a experiência pedagógica desenvolvida, com foco em sua contribuição para o desenvolvimento de competências relacionadas à interpretação, análise de problemas e articulação entre teoria e prática. Busca-se também refletir sobre estratégias de ensino que possam fortalecer a formação jurídica em áreas que exigem atuação institucional e compreensão do contexto social, como o Direito da Criança e do Adolescente.

2 MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como relato de experiência, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, construído a partir da sistematização reflexiva de uma prática pedagógica desenvolvida na disciplina Direito da Criança e do Adolescente, no Curso de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Natal.

A experiência foi estruturada com base na metodologia ativa da Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), entendida como estratégia pedagógica que articula investigação, problematização, trabalho colaborativo, autonomia discente e produção de soluções ou produtos relacionados a problemas reais (Bender, 2014). No caso em análise, a proposta didática foi organizada de modo a integrar conteúdos teóricos, pesquisa de campo e intervenção extensionista.

2.1 CONTEXTO DA DISCIPLINA E PARTICIPANTES

A disciplina Direito da Criança e do Adolescente, com carga horária total de 60 horas (04 créditos), foi desenvolvida ao longo do semestre letivo de 2025, com organização progressiva entre conteúdos teóricos e atividades práticas. O componente contemplou temas centrais como a evolução histórica do

Direito da Criança e do Adolescente no Brasil, a doutrina da proteção integral à luz da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os direitos fundamentais, a proteção à primeira infância, as formas de colocação em família substituta (guarda, tutela e adoção), as medidas de proteção e prevenção, os atos infracionais e as medidas socioeducativas, incluindo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), bem como o acesso à justiça, as ações cíveis e de apuração de atos infracionais e a atuação dos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares (Brasil, 1990).

Ao longo da disciplina, esses conteúdos foram articulados com atividades avaliativas e momentos formativos, incluindo a realização de pesquisa de campo em Conselhos Tutelares, entrevistas com conselheiros e apresentação de relatório final. A pesquisa de campo foi inserida como estratégia pedagógica central, funcionando como elemento de integração entre teoria e prática, ao possibilitar a aproximação dos estudantes com instituições concretas do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e com as dinâmicas reais de proteção e atendimento. Participaram da atividade 25 estudantes do 7º período do curso, regularmente matriculados na disciplina, organizados em grupos de trabalho compostos por três a cinco integrantes.

2.2 DESENHO E PROCEDIMENTOS DA EXPERIÊNCIA

O desenho da experiência foi estruturado a partir dos princípios da Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), conforme proposto por Bender (2014), combinando planejamento prévio, flexibilidade e adaptação ao contexto da turma. A organização do projeto considerou elementos centrais da ABP, como a definição de uma âncora de projeto, a formulação de uma questão motriz, o estímulo à autonomia discente (voz e escolha do aluno), o trabalho colaborativo e a apresentação pública dos resultados (Tabela 1). Desde o início, buscou-se garantir clareza quanto aos objetivos, etapas e produtos esperados, tanto para os estudantes quanto para o docente, permitindo o acompanhamento contínuo do desenvolvimento das atividades (Bender, 2014).

A âncora do projeto foi construída a partir de casos reais amplamente divulgados na mídia brasileira envolvendo violações de direitos de crianças e adolescentes, especialmente situações de violência e negligência que resultaram em mortes ou graves abusos, como os casos do menino Bernardo e Henry Borel (Aguiar, 2023). Esses casos foram apresentados aos estudantes como ponto de partida para a problematização, com o objetivo de aproximar o conteúdo jurídico da realidade social.

A partir dessa ancoragem, foi construída coletivamente a questão motriz do projeto: qual é o papel dos Conselhos Tutelares na proteção de crianças e adolescentes e como se dá, na prática, o seu funcionamento? Essa questão orientou todas as etapas do trabalho e delimitou o foco investigativo dos grupos (Bender, 2014).

Na fase inicial, os estudantes foram orientados quanto à proposta do projeto, à metodologia a ser utilizada e aos produtos esperados. Em seguida, iniciou-se a etapa de investigação, que incluiu levantamento bibliográfico sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, análise de materiais normativos e estudo do funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos.

Como parte central do procedimento metodológico, os grupos realizaram pesquisa de campo por meio de visitas a Conselhos Tutelares, onde conduziram entrevistas semiestruturadas com conselheiros em exercício. Previamente à realização das entrevistas, o professor elaborou um roteiro de perguntas com o objetivo de garantir alinhamento com a questão motriz. Cada grupo de alunos entrevistou os conselheiros tutelares em exercício no Estado do Rio Grande do Norte – Brasil. Após a coleta de dados, os grupos procederam à organização e análise das informações obtidas, articulando os achados empíricos com o referencial teórico estudado ao longo da disciplina.

Durante todo o processo, foi assegurada a voz e a escolha dos estudantes, que tiveram autonomia na definição dos recortes investigativos, na organização das atividades e na elaboração dos produtos finais. O professor atuou como mediador, acompanhando o desenvolvimento dos grupos, esclarecendo dúvidas, orientando metodologicamente e promovendo momentos de feedback ao longo das etapas do projeto. Esse acompanhamento contínuo buscou garantir a progressão do trabalho e a qualidade das produções, sem retirar dos estudantes a responsabilidade pelo processo de aprendizagem (Bender, 2014).

Como produto final, os grupos desenvolveram uma oficina educativa sobre o chamado “ECA Digital”, voltada à discussão da proteção de crianças e adolescentes no ambiente virtual, além da apresentação dos resultados em sala de aula e da sistematização da experiência em formato de artigo científico. A apresentação pública dos trabalhos constituiu etapa fundamental do projeto, permitindo a socialização dos resultados, a troca de conhecimentos entre os grupos e a consolidação das aprendizagens desenvolvidas ao longo do processo.

Tabela 1 – Etapas da ABP aplicadas à disciplina de Direito da Criança e do Adolescente

Etapa	Descrição da Atividade	Papel do Professor	Papel dos Estudantes	Produto/Resultado
Ancoragem do projeto	Apresentação de casos reais divulgados na mídia sobre violações de direitos de crianças e adolescentes no Brasil, com foco em situações de violência e falhas na proteção institucional.	Introduzir o tema, contextualizar os casos e estimular a problematização inicial.	Analisar os casos apresentados, levantar hipóteses e relacionar com conhecimentos prévios.	Engajamento inicial e definição do problema de estudo.
Formulação da questão motriz	Construção coletiva da questão orientadora: “Qual o papel dos Conselhos Tutelares na proteção de crianças e adolescentes e como se	Mediar a construção da questão e garantir sua pertinência e viabilidade investigativa.	Participar da discussão e contribuir para a definição da questão central.	Delimitação do foco investigativo do projeto.

	dá, na prática, o seu funcionamento?”			
Voz e escolha dos estudantes	Definição, pelos grupos, dos recortes investigativos, estratégias de pesquisa e formato dos produtos finais.	Garantir a viabilidade e orientar metodologicamente sem interferir nas decisões dos grupos.	Tomar decisões sobre o projeto, definir caminhos de investigação e escolher a forma de apresentação dos resultados.	Autonomia no desenvolvimento do projeto e apropriação do processo de aprendizagem.
Organização dos grupos	Formação de grupos de 3 a 5 estudantes, considerando afinidades e interesses de investigação.	Orientar a formação dos grupos e esclarecer a dinâmica de trabalho colaborativo.	Organizar-se em grupos, distribuir funções e planejar as atividades.	Estruturação das equipes de trabalho.
Planejamento da investigação	Definição das estratégias de pesquisa: levantamento bibliográfico, análise normativa e preparação para a pesquisa de campo.	Orientar quanto às fontes, métodos de pesquisa e critérios acadêmicos.	Buscar referências, estudar o conteúdo e planejar a investigação.	Planejamento da pesquisa e fundamentação teórica.
Elaboração dos instrumentos de coleta	Construção de roteiros de entrevista para aplicação nos Conselhos Tutelares.	Revisar os roteiros, sugerir ajustes e garantir coerência metodológica.	Elaborar perguntas alinhadas à questão motriz e aos objetivos do projeto.	Roteiro de entrevista validado.
Pesquisa de campo	Realização de visitas aos Conselhos Tutelares e condução de entrevistas com conselheiros.	Acompanhar e orientar o processo, garantindo aspectos éticos e organizacionais.	Executar as entrevistas, registrar dados e observar a prática institucional.	Dados empíricos coletados.
Análise e sistematização dos dados	Organização das informações obtidas e articulação com o referencial teórico da disciplina.	Orientar a análise crítica e a integração entre teoria e prática.	Analisar os dados, identificar padrões e construir interpretações.	Síntese analítica dos resultados.
Desenvolvimento do produto	Elaboração de oficina educativa sobre o “ECA Digital”, com foco na proteção de crianças e adolescentes no ambiente virtual.	Orientar a construção do produto e oferecer feedback contínuo.	Desenvolver o material educativo e planejar sua apresentação.	Oficina temática estruturada.
Apresentação pública	Socialização dos resultados em sala de aula, com apresentação dos projetos desenvolvidos.	Avaliar, mediar discussões e promover feedback.	Apresentar os resultados e participar das discussões.	Compartilhamento do conhecimento produzido.
Sistematização acadêmica	Produção do artigo científico com base na experiência desenvolvida.	Orientar a escrita acadêmica e a organização do texto.	Redigir o artigo e consolidar os aprendizados.	Artigo científico finalizado.

Fonte: Elaborado pelos autores conforme Bender (2014).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 IMPLEMENTAÇÃO DA ABP NA DISCIPLINA

A aplicação da Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) na disciplina Direito da Criança e do Adolescente permitiu organizar o processo de ensino a partir de um problema concreto, relacionado à proteção de crianças e adolescentes e ao papel dos Conselhos Tutelares. Em vez de concentrar a aprendizagem apenas na exposição do conteúdo normativo, a disciplina passou a articular estudo teórico,

pesquisa de campo, entrevistas e elaboração de produtos finais. Essa organização tornou o conteúdo mais próximo da realidade institucional e social discutida ao longo do semestre.

A âncora do projeto, construída a partir de casos reais de violações de direitos divulgados na mídia, contribuiu para situar os estudantes diante de problemas que exigiam não apenas leitura da norma, mas também compreensão do contexto e do funcionamento da rede de proteção. A formulação da questão motriz orientou o trabalho dos grupos e ajudou a delimitar o foco da investigação. Nesse aspecto, a experiência mostrou que a ABP pode ser adequada ao ensino jurídico quando o problema central está ligado a situações reais e a instituições com atuação direta na garantia de direitos (Bender, 2014; Filipak et al., 2023).

A pesquisa de campo foi uma das etapas mais importantes da experiência. As visitas aos Conselhos Tutelares e as entrevistas com conselheiros em exercício permitiram aos estudantes conhecer, de forma mais concreta, como esses órgãos funcionam, quais são suas atribuições e quais dificuldades aparecem na prática. Esse contato contribuiu para reduzir a distância entre o conteúdo estudado em sala e a realidade institucional observada no campo, o que reforça a utilidade de metodologias ativas em disciplinas jurídicas voltadas à atuação prática e à leitura de problemas sociais (Paula, 2014; Martirena, 2020; Monteiro Neto, Rodrigues, 2021).

3.2 APRENDIZAGENS E DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

A implementação da ABP evidenciou uma experiência articulada entre teoria e prática. Esse resultado foi construído a partir da análise dos materiais teóricos utilizados na disciplina, da pesquisa de campo realizada nos Conselhos Tutelares e, principalmente, da elaboração e execução da oficina sobre o ECA Digital, que contou com a participação de conselheiros tutelares e da comunidade acadêmica. A necessidade de atualização sobre a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, identificada nas entrevistas, orientou a construção do produto final e exigiu dos estudantes a mobilização de conceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Sistema de Garantia de Direitos e da atuação dos Conselhos Tutelares. Ao longo desse processo, os estudantes precisaram compreender situações concretas, formular perguntas, organizar dados e propor respostas aplicáveis, o que envolveu interpretação, seleção de informações e análise de problemas, para além da simples reprodução de conteúdo.

Também foram observados ganhos no desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais. Esses avanços foram evidenciados ao longo das diferentes etapas do projeto, especialmente na adaptação dos roteiros de entrevista, na realização da pesquisa de campo, na sistematização dos dados coletados e na elaboração da oficina sobre o ECA Digital e do artigo científico. A participação em uma atividade com aplicação concreta, que envolveu interação com conselheiros tutelares e a comunidade acadêmica, exigiu dos estudantes leitura orientada, capacidade de síntese, trabalho colaborativo e comunicação oral e escrita. Esse conjunto de atividades favoreceu o desenvolvimento de competências relacionadas à investigação,

argumentação e aplicação do conhecimento em situações reais, em consonância com o que apontam estudos sobre metodologias ativas no ensino jurídico. (Bender, 2014; Tavares, Costa; Cavalcanti, 2025; Baltodano Mayorga, 2026).

A autonomia discente também apareceu como resultado importante. Os grupos tiveram espaço para organizar o trabalho, definir recortes de investigação e decidir como apresentar os resultados. Isso não significou ausência de orientação, mas uma forma diferente de condução da disciplina, em que o professor atuou como mediador e os estudantes assumiram maior responsabilidade pelo processo. Esse aspecto é relevante porque rompe, ao menos em parte, com a lógica mais comum no ensino jurídico, em que o estudante ocupa lugar predominantemente receptivo (Filipak et al., 2023; Oliveira, Sanches, Martins, 2022).

Outro ponto relevante foi o trabalho colaborativo como eixo estruturante do processo de aprendizagem. A organização dos estudantes em grupos de três a cinco integrantes demandou divisão de tarefas, coordenação de atividades e tomada de decisões compartilhadas, configurando um ambiente de aprendizagem orientado pela interação social. Ao longo do desenvolvimento do projeto, a cooperação entre os integrantes mostrou-se indispensável tanto na execução das entrevistas quanto na elaboração da oficina e do artigo científico, evidenciando a centralidade do trabalho coletivo na construção do conhecimento. Esse tipo de dinâmica aproxima-se das exigências do campo profissional jurídico, no qual a atuação depende de práticas sociais positivas, envolvendo diálogo, negociação e planejamento coletivo.

No plano pedagógico, a adoção de metodologias ativas contribuiu para intensificar os processos comunicativos em sala de aula, ampliando a participação discente e fortalecendo as relações entre estudantes e docente. A mediação exercida pelo professor, baseada em orientação contínua, com escuta e avaliação das atividades com adaptações às necessidades do grupo, favoreceu a manutenção do engajamento ao longo das etapas do projeto. Nesse sentido, Aguire, Carballo e Lopez-Gavira (2020) apontam que ambientes de aprendizagem que articulam metodologias participativas e relações pedagógicas mais próximas tendem a potencializar a motivação, o envolvimento e o desempenho acadêmico, ao mesmo tempo em que promovem o desenvolvimento de competências colaborativas e comunicativas essenciais à formação superior.

3.3 PRODUTO FINAL, CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES DA EXPERIÊNCIA

A oficina sobre o ECA Digital, Lei Nº 15.211/2025 (Brasil, 2025), foi o principal produto da experiência e resultou diretamente da demanda identificada nas entrevistas com os conselheiros tutelares. Esse dado é importante porque mostra que o produto final não foi escolhido de forma aleatória, mas construído a partir de uma necessidade percebida no campo. A elaboração da oficina exigiu que os estudantes transformassem o conteúdo estudado e os dados coletados em uma ação educativa com utilidade

prática. Com isso, a experiência ultrapassou o espaço da sala de aula e ganhou também uma dimensão extensionista.

A produção do artigo científico constituiu outro resultado importante. Ao sistematizar a experiência, os estudantes precisaram reorganizar o percurso realizado, relacionar dados empíricos com o referencial teórico e refletir sobre o sentido pedagógico da atividade. Esse movimento reforçou a dimensão investigativa da disciplina e mostrou que a ABP pode favorecer não apenas a aprendizagem do conteúdo, mas também a produção acadêmica.

Ao mesmo tempo, a experiência apresentou algumas limitações. A realização de atividades de campo, entrevistas e produtos exigem planejamento e tempo para organização das etapas. Além disso, como o trabalho foi desenvolvido em grupos, a participação individual pode ocorrer de forma desigual, o que dificulta a avaliação mais precisa do envolvimento de cada estudante. Esse ponto sugere a importância de, em experiências futuras, associar a avaliação do produto a instrumentos de autoavaliação e coavaliação, para tornar mais visível a contribuição individual de cada participante (Baltodano Mayorga, 2026).

Mesmo diante das limitações identificadas, a implementação da ABP mostrou-se coerente com os objetivos da disciplina, ao aproximar o ensino do Direito da Criança e do Adolescente da realidade institucional e social. A experiência favoreceu o engajamento discente e o desenvolvimento de competências transversais relevantes à formação jurídica, ao deslocar o foco da mera transmissão normativa para a análise de problemas concretos, a compreensão da atuação institucional e a construção coletiva de respostas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a aplicação da ABP na disciplina Direito da Criança e do Adolescente para articulação entre teoria, prática e realidade institucional. O uso da ABP mostrou-se uma estratégia pedagógica adequada para tornar o processo de ensino mais próximo dos problemas concretos enfrentados na proteção de crianças e adolescentes, especialmente ao incorporar pesquisa de campo e interação com Conselhos Tutelares.

A experiência permitiu que os estudantes mobilizassem conhecimentos jurídicos em situações reais, superando, em parte, a lógica centrada na memorização de normas. Ao longo do projeto, foram desenvolvidas habilidades relacionadas à interpretação, análise de problemas, pesquisa, comunicação e trabalho em equipe, além de maior autonomia no processo de aprendizagem. Esses elementos são relevantes para a formação jurídica, sobretudo em áreas que exigem compreensão do contexto social e atuação institucional.

A construção da oficina sobre o ECA Digital e a produção do artigo científico demonstraram que a ABP pode gerar produtos com utilidade acadêmica e social, articulando ensino, pesquisa e extensão. Esse

aspecto reforça o potencial da metodologia para integrar diferentes dimensões da formação universitária, conforme previsto nas diretrizes da educação superior.

Por outro lado, a experiência também evidenciou desafios, como a necessidade de planejamento prévio, acompanhamento contínuo do docente e estratégias mais precisas de avaliação individual em atividades coletivas. Esses pontos devem ser considerados em futuras aplicações da metodologia, especialmente em turmas maiores ou com menor tempo disponível.

De modo geral, conclui-se que a ABP é uma estratégia viável e pertinente para o ensino do Direito da Criança e do Adolescente, por favorecer a aproximação entre conteúdo jurídico e realidade social, ampliar o protagonismo discente e contribuir para o desenvolvimento de competências relevantes à prática profissional. Recomenda-se sua utilização em outras disciplinas jurídicas, inclusive em fases iniciais do curso, para fortalecimento de uma formação crítica-reflexiva integrada às demandas sociais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Angélica Silva Souza, et al. “O meu pé de laranja lima”: uma análise acerca da violência contra crianças no Brasil. *Revista de Direito Magis*, v. 2, n. 1, 2023.

AGUILAR, Hugo Augencio González. Algunas tendencias sobre la evaluación en derecho. *Revista Pedagogia Universitaria y Didáctica del Derecho*, v. 11, n. 2, p. 107-124, 2024.

AGUIRRE, Arcia; CARBALLO, Rafael; LOPEZ-GAVIRA, Rosario. Improving the academic experience of students with disabilities in higher education: faculty members of Social Sciences and Law speak out. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 2021, 34.3: 305-320.

BALTODANO MAYORGA, José Daniel. El aprendizaje basado en problemas (ABP) como una estrategia socioconstructivista para el aprendizaje del razonamiento jurídico. *Ensayos Pedagógicos*, v. 21, n. 1, p. 1-33, 2026.

BENDER, Willian N. *Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI*. Porto Alegre: Penso, 2014.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 15.211, de 2025. Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital (ECA Digital). Brasília, DF, 2025.

CARLES, Fabiana David; DE ARAÚJO, Enzo Matheus Freitas; DA COSTA SIQUEIRA, Vitória Caroline Brandão. O ensino jurídico e a dinâmica pedagógica: a aplicação da metodologia ativa no curso de Direito da Universidade Federal do Acre, Campus Floresta. *Revista Pedagogia Universitaria y Didáctica del Derecho*, v. 7, n. 2, p. 247-262, 2020.

CARPENTER, Anna E. The project model of clinical education: eight principles to maximize student learning and social justice impact. *Clinical Law Review*, v. 20, p. 39-94, 2013.

ÇAĞLAYAN, Sezai. Teaching international law: an example of project-based learning. *The Law Teacher*, p. 1-15, 2025.

FILIPAK, Sirley Terezinha; MENDONÇA, Ygor de Siqueira Mendes; LIBOIS, Rachel; GAMBÚS, Ana Letícia Marcolla. Direito, ensino e metodologias ativas: (re)pensando o ensino jurídico tradicional no Brasil. *DEDiCA. Revista de Educação e Humanidades*, n. 21, p. 251-270, 2023. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.21.2023.27793>

LUIZ, Maria Eduarda Tomaz, et al. Guaranteeing the rights of children and adolescents in Brazilian foster care institutions. *The International Journal of Human Rights*, v. 29, n. 6, p. 1116-1138, 2025.

MAHMOOD, Anida; HASHIM, Haswira Nor Mohamad; ZAKUAN, Zeti Zuryani Ahmad. Utilizing experiential learning methods to teach substantive law courses to undergraduate students. *Asian Journal of Legal Education*, v. 11, n. 1, p. 97-113, 2024.

MARTIRENA, Valéria Raquel Pereira. *Conselho tutelar: identidade, legitimidade e poder*. 2020. 127 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

MORA AMEZCUA, Haydee Maricela. Reflexiones en torno a la enseñanza del derecho en un contexto latinoamericano. *Educación*, Lima, v. 31, n. 60, p. 299-314, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18800/educacion.202201.014>

MONTEIRO NETO, Manoel; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Metodologias ativas nos cursos de direito: notas acerca da utilização do método do caso. *Revista de Pesquisa e Educação Jurídica*, v. 7, n. 1, p. 18-34, 2021.

OHANA, Natalie, et al. Rationale and recommendations on decolonising the pedagogy and curriculum of the Law School at the University of Exeter. *The Law Teacher*, v. 56, n. 4, p. 536-551, 2022.

OLIVEIRA, Heloísa; SANCHES, Tatiana; MARTINS, João. Problem-based learning in a flipped classroom: a case study for active learning in legal education in international law. *The Law Teacher*, 2022, 56.4: 435-451.

PAULA, Alexandre da Silva de. *Redes de proteção e garantia de direitos: representações sociais por conselheiros tutelares*. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

TAVARES, Everkley Magno Freire; CAVALCANTI, Flávio Luiz Carneiro; COSTA, João Bosco Araújo da. Aprendizagem baseada em projetos: uma experiência em pesquisa temática no ensino de políticas públicas no curso de Direito. *HOLOS*, v. 4, n. 41, 2025.